



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

301ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS

Brasília/DF, 11 de janeiro de 2024

ATA DA 301ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 11 de janeiro de 2024

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo	Representantes dos Trabalhadores em Atividade
MPS – Carlos Roberto Lupi	FS – Odair Antonio Bortoloso
MPS – Wolney Queiroz Maciel	UGT – Aparecido Alves Tenório
SRGPS/MPS – Adroaldo da Cunha Portal	CTB – Rolando Medeiros
INSS – Alessandro Antônio Stefanutto	
INSS – Andre Paulo Felix Fidelis	
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante e Silva	
SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca	

Representantes dos Aposentados e Pensionistas	Representantes dos Empregadores
SINTAPI/CUT – Gerson Maia de Carvalho	CNI – Wilson Brueckheimer Junior
CSB – Bartolomeu Evangelista de França	CNC – Helio Queiroz da Silva
COBAP – Obede Muniz Teodoro	CNM – Antonio Mário Rattes de Oliveira
SINDNAPI/FS – Tonia Andrea Inocentini Galleti	CNT – Marcia Gonçalves de Almeida

Palestrante/Convidado
Dataprev – Rodrigo Assumpção
MPS – Eduardo Pereira
CNF – Alex Gonçalves
ABBC/FEBRABAN – Ricardo Andressa
STNAB – André Oliveira
Dataprev – Tamara Kinupp
Dataprev – Talita Pereira
SINDNAPI – Maria Antônia Magalhães
Valor – Jessica Santana
INSS – Cibebe Magalhães
INSS – Ileana Rita Silva

INSS – Alberto Alegil
TV Globo – Ana Paula Castro
SPREV – Felipe Peixoto
ASCOM – Liliana Soares
ASCOM – Renata
DRGPS – Solange
ANEPS – Giovanna Pernoni
Valor – Gabriela Pereira
MPS – Bruno Ribeiro
MPS – Vanessa
CNF – Bruna Laytô
MPS – Max Monjardim
RDK – Andressa Guimarães
RDK – Josué Germano

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente, Sr. Carlos Lupi**, abriu a 301ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), agradecendo a presença de todos(as) e desejando um bom ano novo. Pediu uma inversão de pauta, explicando que o Sr. Alessandro Antônio Stefanutto se atrasou, pois defendeu a sua tese de doutorado e teve problemas com o voo devido ao mal tempo em São Paulo. Por isso, pediu que o Plano de Ação do INSS ficasse como último item da pauta, resultando na seguinte ordem: 1. Plano de Ação para a Dataprev 2024, registrando a presença ilustre do Sr. Rodrigo Assumpção e se dizendo muito grato com a presença e com a generosidade com todos; 2. Crédito Consignado; 3. Apresentação do Plano de Ação de 2024, com o Sr. Alessandro Antônio Stefanutto representando o INSS; 4. Apresentação do Anuário Estatístico da Previdência Social de 2022, com o Sr. Eduardo Pereira, Coordenador Geral de Estudos e Estatística do Ministério da Previdência Social. A inversão da pauta foi aprovada.

II – ORDEM DO DIA

Instado o primeiro ponto de pauta: Plano de Ação para a Dataprev 2024, o **Sr. Presidente** apresentou o Sr. Rodrigo Assumpção, dizendo que a cada dia ele demonstra mais competência, cortesia e eficiência em recuperar a Dataprev, previamente destruída. Em posse da palavra, o **Sr. Rodrigo Assumpção** agradeceu, declarou que é um prazer e se disse feliz com a expectativa de ampliação da missão dada pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva com a coordenação do Ministério da Gestão e Inovação. Entretanto, afirmou que a ampliação não significa abandono das missões anteriores. Começou destacando três Data Centers: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília e elencou que: a Dataprev conta com 3.122 empregados, sendo que 150 devem ser contratados em 2024; são mais de 400 serviços previdenciários, assistenciais e trabalhistas oferecidos; há 42 bilhões de registros da soma das bases de dados; são mais de 100 milhões de

21 acessos a serviços digitais por mês, representando 90% do Governo Digital do Brasil, sendo que metade deste total é da
22 Previdência. Explicou que a metodologia de planejamento vem sendo consolidada há alguns anos e que, em setembro,
23 teve início um processo amplo de consulta a todos os envolvidos no processo, desde os empregados, passando por visitas
24 aos clientes, órgãos de controle, Ministérios, até entrevistas com a alta gestão da Empresa, consolidação de documentos
25 institucionais e realização de um processo de compreensão do que o mercado de tecnologia está trazendo de evolução,
26 de proposição, tanto com eventos internacionais quanto com acompanhamento da consultoria. Falou que o esqueleto do
27 Plano de Ação para o ano conta com o envolvimento de 150 pessoas da alta gestão da Empresa que consolidam as ações,
28 os resultados e os processos para estruturar tanto os documentos estratégicos como o plano de negócios, o plano
29 estratégico institucional, o plano de aquisições e demais elementos que, em dezembro, foram submetido ao Conselho de
30 Administração e aprovados. Após, disse que a Dataprev faz a devolutiva com os clientes e órgãos de controle para explicar
31 e apresentar o Plano, o que já foi feito no Ministério da Previdência Social e no INSS. Afirmou que não adianta planejar
32 sem monitorar a execução, sendo que há um monitoramento mensal e uma concertação de todas as ações de bonificação,
33 planejamento de gratificações, projetos especiais e remuneração dos estatutários, o que é estruturado a partir do
34 planejamento e com foco para que os objetivos alinhados sejam atingidos. Apresentou o calendário do 2º semestre de
35 2023 e do 1º semestre de 2024, que incluiu monitoramento e plenárias de revisão. Explicou que o Plano é orientador, e
36 não algo a ser apresentado para órgãos de controle. Mencionou que, na preparação, foi feita a análise de conjuntura, que
37 apontou para um momento muito complexo para a Empresa, devido às mudanças climáticas e à inevitabilidade dos
38 desastres e emergências. Comparou que, quando iniciou no processo, em 2009, ocorria uma emergência por ano; quando
39 terminou a primeira fase, em 2017, já era uma por mês e que, hoje, há uma emergência por semana e o índice segue em
40 aceleração. Discorreu que é necessário mudar a posição para o sentido de prevenir e se preparar para o enfrentamento,
41 lembrando que a desigualdade social e econômica também apresentou um aumento, o que afeta imensamente uma
42 empresa focada em dados sociais, como é a Dataprev. Disse que a crise geopolítica apresenta desafios importantes e que,
43 pela primeira vez, existe uma oferta comercial acessível e concreta que não é embasada na indústria norte-americana,
44 uma vez que as propostas de tecnologia da informação chinesa não só são competitivas, como também apresentam
45 capacidade de entrega similar. Continuou que, apesar das mudanças tecnológicas estarem ocorrendo em um ritmo muito
46 acelerado, é possível assumir compromissos de longa duração com certas tecnologias, e que os avanços da IA têm um
47 impacto muito importante no futuro imediato; mas que a disponibilidade comercial absolutamente ampla da IA é uma
48 novidade brutal de 2024, o que vai mudar a forma de trabalho de todo mundo, trazendo uma aceleração dos ganhos de
49 produtividade, nem sempre positivos. Falou sobre o impacto das guerras, que destruíram a utopia de que tudo poderia
50 ser resolvido no virtual e no ciberespaço, inclusive os conflitos. Citou ainda o *crack* quântico, que é a chegada com oferta
51 comercial da computação quântica, o que deve acontecer em um período de três a seis anos, e que tem um impacto muito
52 significativo, sobretudo na área de segurança, por levar à obsolescência todos os algoritmos e chaves criptográficas da
53 indústria de tecnologia da informação (TI). Em seguida, o **Sr. Rodrigo Assumpção** falou que, em 2023, a prioridade absoluta
54 foi o enfrentamento das filas da Previdência Social e que, em 2024, ainda há muito a se resolver, considerando que, do
55 ponto de vista conceitual, a batalha está ganha e basta continuar no processo. Retomando o tema da discussão

internacional e da infraestrutura pública digital, disse que o Brasil passou pela consolidação da infraestrutura nacional de dados e que, para a Dataprev, a infraestrutura nacional de dados sociais é fundamental, e é praticamente impossível pensar em governar sem a infraestrutura básica de dados. Na economia de dados, discorreu sobre a discussão do modelo atual de captura total de dados por parte da iniciativa privada e uma limitação por parte da utilização dos dados do estado e do governo, cuja legislação não protege nem 2% dos dados transacionados. Apresentou o mapa estratégico da Empresa, assim como a nova reformulação de missão e visão, e os cinco eixos do planejamento: 1. negócios e demandas estratégicas, cujo objetivo é entregar produtos e soluções tecnológicas que fortaleçam as políticas sociais; 2. tecnologia, que visa oferecer capacidade tecnológica ágil, robusta, segura, resiliente e escalável; 3. segurança e proteção de dados, que vai garantir segurança e proteção aos produtos, soluções, informações e dados; 4. gestão e governança, que deve garantir a eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade, com foco em automação, investimentos e inovação; e 5. pessoas, cujo objetivo é promover uma cultura organizacional ágil e produtiva, com diversidade, inclusão, qualificação e comprometimento. Citou também alguns dos valores da empresa, inspirados pelos valores do ministério controlador, incluindo: eficiência do estado brasileiro, segurança e proteção dos dados, integridade e ética, inovação, colaborações e parcerias, qualidade e resultados e sustentabilidade socioambiental e diversidade. Após mencionar as ações de cada eixo, o **Sr. Rodrigo Assumpção** citou alguns clientes da Dataprev, e disse que o objetivo atual é apresentar produtos mais padronizados e de maneira mais ampla. Para finalizar, falou sobre os resultados da área previdenciária junto ao INSS e explicou que cada um dos tópicos contém ações, macro ações, prazos e responsáveis. Evoluindo para as questões do Ministério da Previdência Social, mencionou: a consolidação do atestado médico eletrônico, cuja expectativa é que o piloto seja lançado em janeiro; as soluções da Dataprev integradas à teleperícia; a evolução e modernização dos sistemas estruturantes da Perícia Médica Federal; a implantação das demandas do Fator Acidentário de Prevenção e da compensação previdenciária; a consolidação da esteira de qualificação e enriquecimento do RPPS; a implantação da Plataforma de Recursos para o Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS), com a integração entre os sistemas operados pelo INSS e pelo CRPS; e a execução do Sistema Integrado de Dados. Encerrou sua fala colocando-se à disposição para sanar dúvidas. Em posse da palavra, a **Sra. Tonia Galleti** agradeceu a apresentação e contou que usa o “Meu INSS” no dia a dia, destacando a lentidão e a frequência com a qual o sistema fica indisponível. Questionou quais melhorias serão feitas, se a inconsistência do sistema será corrigida, e pediu um panorama a respeito da segurança, devido ao grande número de ocorrências de vazamentos de dados. Demonstrou preocupação também com a integração e liberação do acesso aos documentos das pessoas no sistema do INSS à Procuradoria, que faz as defesas dos processos, relatando que o acesso aos documentos é demorado, e que há muitos casos de ganhos de causas por falta de defesa do INSS. Ato seguinte, o **Sr. Presidente** relatou que existe uma “indústria da fila”, onde muitos escritórios de advocacia têm interesse na demora, para recolher um pagamento maior devido aos juros e correções, custando mais ao Estado brasileiro, o que está sendo combatido com o enfrentamento da fila. Disse que é preciso encarar questões como as mencionadas pela Sra. Tonia Galleti, por serem crimes contra o Estado, que geram graves prejuízos. Em resposta, o **Sr. Rodrigo Assumpção** começou falando sobre a segurança, dizendo que é um fenômeno multifacetado e com inúmeras camadas, citou o processo de decisões operacionais não sistêmicas e a migração dos advogados trabalhistas para a área da Previdência,

91 aumentando exponencialmente o número de acessos, o que precisa ser gerenciado. Relatou que há um processo
92 acelerado de exigência de *tokens*, o que não garante segurança, uma vez que pode ser cedido pelo proprietário, e falou
93 sobre os equipamentos ultrapassados, que não aceitam soluções de segurança tecnológicas mais modernas e não estão
94 preparados para os tipos atuais de fraudes e roubos de dados. Definiu a segurança como uma corrida armamentista
95 perene, da qual o governo não se livrará nunca, em que a meta é ganhar mais do que perder, sendo impossível acabar
96 com os vazamentos definitivamente. A respeito da evolução do sistema, afirmou que trata-se de um assunto complexo;
97 que, para os usuários do governo, os resultados foram de altíssimo nível de disponibilidade em 2023, mas que ter os
98 sistemas disponíveis no *data center* não significa que a experiência do usuário seja a mesma, uma vez que não há
99 monitoramentos após a saída das portas do *data center*, e que os legados antigos trazem obstáculos na modernização e
100 evolução das funcionalidades com a velocidade adequada. Disse que a tecnologia impacta e atrasa mudanças de
101 processos, ações e até mesmo decisões políticas, e que a modernização constante de sistemas é o elemento chave disso.
102 Afirmou que o percentual de tecnologias atuais versus tecnologias obsoletas está no melhor patamar da história, o que
103 ainda é longe do adequado. Já sobre a documentação, discursou que o grande problema são os arquivos em papel, sendo
104 que a digitalização consta no plano de ação de 2024. Em posse da palavra, o **Sr. Felipe Cavalcante e Silva** falou que, no
105 ponto de vista da Advocacia Geral da União, já existe uma parceria com a Dataprev e com o INSS para integração da base
106 de dados, ao ponto em que os procuradores, quando contestarem um processo, receberão todo o dossiê.
107 Subsequentemente, o **Sr. Gerson Maia** voltou ao tópico das filas e da diminuição do número de servidores do INSS, apesar
108 do envelhecimento da população e, portanto, aumento da demanda. Relatou o que encontra nos atendimentos, como
109 pessoas que pedem para filhos ou terceiros criarem senhas de acesso ao sistema. Sobre isto, o **Sr. Presidente** lembrou
110 que, até 2006, não havia fila, o que surgiu com o direito protocolar de registrar todas as solicitações. Afirmou que, por
111 mês, chegam entre 950 mil e 1 milhão de novos pedidos ao INSS, que precisam ser analisados individualmente - sendo
112 que a média de espera no mês de dezembro de 2023 estava entre 48 e 49 dias, variando de acordo com a região -, e cujo
113 objetivo é o prazo de 30 dias para todos. Disse que a Previdência Social do Brasil é o maior sistema previdenciário contínuo
114 permanente do planeta; que atendeu, até dezembro, mais de 39 milhões de pessoas com algum tipo de benefício; que
115 60% dos municípios brasileiros param suas atividades econômicas sem os recebimentos da Previdência, indicando que se
116 trata de um belíssimo investimento na economia. Assinalou que, quando o cidadão precisa de um advogado para conseguir
117 seu direito, quem está falhando não é o cidadão, mas sim a Previdência Social; e que o desafio não é a fila, mas sim a
118 Previdência ser justa. Na sequência, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto**, recebeu os aplausos pelo PHD e as
119 congratulações do **Sr. Presidente**. Afirmou que, quando todas as solicitações estiverem dentro do prazo de 45 dias, já não
120 haverá mais fila, mas sim o fluxo normal dos requerimentos. Após, o **Sr. Gerson Maia** explicou que sua pergunta anterior
121 foi com relação à vantagem daqueles que têm acesso pelas vias digitais ao pedido de benefício, e questionou também
122 como é feito o trâmite entre o regime próprio e a Previdência Social, bem como se a forma utilizada é a correta e se a
123 correção dos regimes próprios é a mesma do INSS, com base na inflação, ou com base no dissídio dos funcionários ativos.
124 Para encerrar as perguntas, o **Sr. Presidente** disse que alguns dos tópicos levantados não são sequer inerentes à
125 apresentação do Sr. Rodrigo Assumpção, e passou a palavra para o **Sr. Hélio Queiroz da Silva**, que cumprimentou a todos.

126 Em seguida, elogiou o trabalho da Dataprev, dizendo-se ciente de que não é perfeito, porém está em crescente melhora;
127 insistiu que uma boa liderança é fundamental neste processo, na figura do Presidente, que elogiou pela coragem e
128 trabalho sério, e criticou as constantes retaliações injustas que sofre. Em resposta aos questionamentos, o **Sr. Rodrigo**
129 **Assumpção** disse que a parte sistêmica da Comprev está equacionada, mas que ela é apenas uma fração. Concordou que
130 seria interessante outra reunião para discutir alguns assuntos; e, sobre o atendimento, disse que a essência da área é o
131 impacto que ela tem na sociedade, e não a tecnologia. Explicou que a linguagem precisa ser discutida, pois todo discurso
132 com uso da linguagem burocrática é feito para afastar a população do acesso ao poder e que, inclusive, está em busca de
133 IA para ajudar na discussão e simplificação da linguagem. Em posse da palavra, o **Sr. Alessandro Stefanutto** reforçou que
134 linguagem é humanização. Ato seguinte, o **Sr. Presidente** agradeceu, liberou o Sr. Rodrigo Assumpção devido à agenda,
135 concordou que é preciso haver uma discussão profunda a respeito do Comprev e seguiu para o próximo item da pauta, a
136 respeito do crédito consignado, passando a palavra ao Sr. Benedito Adalberto Brunca. De início, o **Sr. Benedito Adalberto**
137 **Brunca** agradeceu e mencionou a reunião do grupo de trabalho de consignados, ocorrida em 19/12/2023, quando os
138 dados foram debatidos. Explicou que os dados apresentados são uma prévia, e tratou de dois tópicos: 1. o teto da taxa de
139 juros; e 2. a equiparação das regras do cartão de crédito com as do cartão de benefícios, sendo que o INSS editou uma
140 Instrução Normativa, a IN nº 158, sobre a qual os bancos teceram suas considerações. A respeito do teto, o **Sr. Eduardo**
141 **Pereira** apresentou a tabela da evolução da taxa de juros do crédito consignado, da SELIC e do INPC, no período de 2006
142 até 2023; e destacou que, no caso do consignado, foram poucas as ocorrências de aumento na taxa, e que, em geral, ela
143 sempre diminuiu, chegando a 1,80% atualmente, a menor taxa já alcançada. Propôs uma redução da taxa de juros do teto
144 do consignado, com base na metodologia da redução da taxa da SELIC, e da proporção em doze meses, passando a taxa
145 anual de consignado de 1,80% para 1,76%. No caso da taxa do cartão de crédito consignado, explicou que a metodologia
146 foi mantida, ou seja, a taxa de juros do empréstimo consignado, somada ao valor de 0,92% - referentes aos custos do
147 cartão –, resultando em uma taxa de juros 48% maior para o cartão de crédito, em comparação com o empréstimo
148 consignado, e em uma taxa final de 2,61% após a redução. Na sequência, o **Sr. Presidente** deu a palavra ao **Sr. Alex Sander**
149 **Gonçalves**, que falou sobre o primeiro item da proposta, que seria o cartão consignado ter as mesmas vantagens do cartão
150 benefício, ou seja, seguro de vida, auxílio-funeral e desconto em farmácias. Disse que o INSS editou a Instrução Normativa
151 nº 158 para promover a ampliação dos benefícios, dividida em dois artigos, sendo que o segundo estabelece trinta dias
152 para que os bancos passem a contemplar os benefícios nos novos cartões consignados que forem vendidos, e 180 dias
153 para ampliar os benefícios para todos os clientes do cartão consignado da base dos bancos. Mencionou o segundo item
154 da sua explanação, em que, a exemplo do que já tinha acontecido no cartão benefício, o INSS determinou que no cartão
155 consignado deixasse de existir o juro rotativo, e que este fosse substituído pelo juro parcelado, explicando que a taxa é a
156 mesma, mas dessa forma há maior transparência e previsibilidade para o aposentado. Relatou que algumas poucas
157 instituições financeiras demonstraram dificuldade operacional para atender os prazos, e que foi encaminhado um ofício
158 da FEBRABAN pedindo a ampliação deste prazo, sendo que esses bancos suspenderam a venda de cartões, porém, a
159 grande maioria já está enquadrada e vendendo cartões com os benefícios desde o dia 28/12/2023. Para os bancos que
160 pediram aumento do prazo, foi concedido 60 dias, em vez de 30 dias, a partir de 27/01/2024. Com relação aos 180 dias

para entregar os benefícios aos demais beneficiários dos cartões, todos os bancos concordaram. Já para a alteração da forma de liquidação do saldo devedor de rotativo para parcelado, contou que a maioria já fez as alterações e, para os que ainda não conseguiram atender, a proposta seria o prazo de 12 meses para realizar as adequações. Sobre isso, o **Sr. Presidente** questionou se quem sair do rotativo para o cartão de crédito terá um prazo maior para fazer o pagamento, ao que o **Sr. Alex Sander Gonçalves** explicou a diferença entre o rotativo, que amortizava 5% ao mês, e o parcelado, que possui um valor fixo e quantidade determinada de parcelas. Já o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** resumiu que o debate evoluiu desde a reunião do dia 19/12/2023; que, inicialmente, tinha sido apresentado um pedido, através de ofício, de doze meses de prazo extra para os dois cenários, e que foi acatado o debate do Conselho com relação ao prazo de 180 dias para o benefício para todos os clientes. Questionou o tempo para a adequação do parcelamento, julgando um ano como um tempo longo demais, lembrando que, inicialmente, o prazo deveria ser também de 180 dias. O **Sr. Presidente** também demonstrou dúvidas e perguntou qual foi a data da publicação, ao que o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** disse que foi 27/11/2023, mas que os bancos afirmaram que os prazos não estavam claros. Explicou que a proposta é acolher o item a respeito dos cartões novos, manter o prazo de 180 dias para os cartões preexistentes e igualar o prazo do parcelamento, de 180 dias. Ato contínuo, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** disse que o pleito original não era este, mas que concorda que há uma concessão do Conselho e que, se for aprovado, levará os prazos aos bancos que ainda não se adequaram. Sobre isso, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** acreditou ser um prazo factível, e o **Sr. Presidente** julgou importante registrar especificamente que o prazo é apenas para aqueles que ainda não se adequaram. Subsequentemente, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** deu início à apresentação sobre a preocupação do sistema financeiro com a metodologia atual, que usa a SELIC como referência para fazer a revisão do teto. Lembrou que esta não é uma preocupação apenas dos bancos, mas também do meio acadêmico e do Banco Central. Para deixar as propostas claras, o **Sr. Presidente** disse que o Conselho já recuou e adaptou o teto da taxa de juros, conforme a taxa estabelecida pelo Banco Central. O **Sr. Alex Gonçalves** reconheceu e agradeceu o esforço, mas reforçou a preocupação com o uso da SELIC, com base no histórico de variação da taxa em comparação com o DI nos últimos dez anos. Destacou que o DI é mais dinâmico e antecipa as mudanças da SELIC, tanto para quedas quanto para aumentos, ao que o **Sr. Presidente** provocou que o DI teve a proeza de antecipar os passos do Banco Central. Então, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** explicou que, se o DI tivesse sido adotado como parâmetro desde o início de 2023, os juros teriam começado a cair antes da SELIC; e lembrou que, para captar, é preciso pagar o DI, mais um prêmio de risco para os bancos, cerca de 120% do CDI. Esclareceu que a previsão é que, dos 11,75% em janeiro de 2024, a SELIC caia para 9% ao ano até dezembro de 2024; e que o DI de dois anos, atualmente, está em aproximadamente 9,8%, e deve se manter estável no ano de 2024, pois já absorveu a queda em 2023, o que gera uma preocupação e, partindo do pressuposto de que o valor de 1,76% seja aprovado na atual reunião, a margem de operação ficaria muito apertada. Disse que quase todos os bancos operam com valores próximos ao teto, fruto do aperto na rentabilidade atual e que, caso o cenário se confirme, de uma redução da SELIC para 9%, o teto cairia para 1,55%, sem queda do DI de dois anos, que é o custo de captação, gerando uma probabilidade da rentabilidade da operação ficar negativa. Em face às considerações finais, afirmou que o teto do INSS apresentou uma redução significativa, caindo de 2,14% para 1,76% ao mês, somando 5,6 pontos percentuais ao ano, quase três vezes maior do que a queda da SELIC;

informou que o custo da Dataprev foi reajustado em 5,2% em outubro de 2023; que os salários dos funcionários foi reajustado em 4,6%, e que a inflação ficou em 4,6%; ponderou que o ressarcimento dos custos operacionais do INSS com o consignado cresceu de R\$ 17 milhões em 2022, para R\$ 113 milhões em 2023. Por fim, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** resumiu que o custo de captação dos bancos não terá a mesma queda que a SELIC em 2024, podendo levar a rentabilidade da operação para um patamar negativo, e sugeriu, como encaminhamento, o acionamento do GT Técnico, se possível com a participação do Banco Central e do Ministério da Fazenda, para reavaliação da metodologia atualmente utilizada. Em posse da palavra, o **Sr. Presidente** concordou que é importante debater, e pediu que os dados fossem encaminhados, para que ele pudesse estudar e analisar, com o que o **Sr. Alex Sander Gonçalves** concordou. Após, o **Sr. Presidente** reiterou que a proposta é diminuir a taxa de juros do crédito consignado de 1,80% para 1,76%, e diminuir a taxa de juros do cartão de crédito para 2,61%, o que foi aprovado por unanimidade. Sobre a proposta da FEBRABAN, o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** salientou a sugestão de alteração nos prazos fixados na Instrução Normativa nº 158, que era acolher a extensão do prazo em mais 30 dias, para aquelas instituições que não conseguiram adaptar suas situações às ofertas de crédito inicial, e que o prazo de 180 dias seja estendido tanto para os benefícios de todos os cartões de crédito já emitidos, quanto para as equações das instituições que não conseguiram fazer as adaptações de sistemas, com relação às regras do parcelamento. Com orientação do **Sr. Presidente**, a proposta foi votada e aprovada por unanimidade. Em seguida, o **Sr. Alex Sander Gonçalves** levantou uma preocupação com a entrada do novo teto em vigor no meio do processamento da folha, assim como a alteração do salário mínimo, e pediu que a decisão entrasse em vigor após 8 dias úteis, e não 5 dias, para evitar sobreposições. Dando sua opinião, a **Sra. Tamara Kinupp** concordou que, quando há um aumento na folha e readequação da taxa, a equipe precisa ficar mais atenta, contou que nunca aconteceu de as duas coisas serem simultâneas, o que pode gerar sobrecarga na equipe. O **Sr. Presidente** questionou se 3 dias a mais seriam suficientes para mitigar problemas, ao que a **Sra. Tamara Kinupp** disse que sim. Ato contínuo, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** sugeriu uma melhoria no sentido de que, sempre que as atividades coincidissem, o prazo fosse ampliado; sobre o quê o **Sr. Benedito Adalberto Brunca** discordou, por não ter como definir o número preciso de dias necessários para tal proposta, uma vez que o calendário de reuniões é volátil. Em posse da palavra, o **Sr. Presidente** iniciou a votação e o prazo de 8 dias úteis para a decisão atual foi aprovado, agradeceu a colaboração e seguiu para o próximo item da pauta: Apresentação do Plano de Ação do INSS, registrando a felicidade pelo Sr. Alessandro Antônio Stefanutto ser reconhecido internacionalmente e ter concluído o doutorado. O **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** agradeceu as felicitações, registrou a própria felicidade, lembrando que foi criado na periferia e estudou sempre em colégio público, e agradecendo por ter tido a oportunidade de fazer um curso de tamanha qualidade fora do país. Deu início à apresentação do Plano de Ação do INSS, dizendo que a equipe assumiu a presidência no dia 07/07/2023, e que se deparou com um cenário de abandono. Prosseguindo, contou que o trabalho inicial foi de resgate, que o Plano foi concebido com os gerentes executivos e superintendentes, e que a pactuação ainda não está completa, o que será feito juntamente com os gerentes das agências, e tendo em vista o usuário. Disse que, para o INSS, ficou claro que a vinda das ferramentas digitais no período de pandemia acelerou a digitalização da Previdência, criando uma desconexão entre a entidade e a população, lamentando que existam intermediários se aproveitando dos futuros aposentados. Falou que há várias ótimas entidades intermediárias, mas que o

INSS precisa ser o suficiente para acolher e ajudar a população. Afirmou que, apesar do prazo de 45 dias ser aceitável, o INSS gostaria de chegar ao prazo máximo de 30 dias e que o plano visa tanto diminuir a fila quanto aprimorar os serviços e informações para os usuários. Então, o **Sr. André Paulo Felix Fidelis** afirmou que o planejamento é a alma do trabalho, que está em boas mãos, e desejou que o objetivo fosse alcançado. Em posse da palavra, a **Sra. Cibele Magalhães** concordou que encontrou uma “terra arrasada” no INSS, e que o alinhamento estratégico foi feito em agosto de 2023, o que levou ao mapa estratégico, passando pelos conceitos de missão e visão, os valores que a organização precisa percorrer, e o desenho dos objetivos estratégicos, tendo como base o atendimento humanizado e a automatização do processo. Citou os objetivos estratégicos para entregar serviços melhores para a população, começando com as bases de desenvolvimento, que são os sustentáculos para os processos internos, e incluem: fortalecimento da imagem institucional e disseminação do conhecimento previdenciário; promoção da segurança da informação; aprimoramento da gestão e desenvolvimento das pessoas; e otimização da infraestrutura e aplicação de recursos. Relatou que, no início de 2024, haverá uma negociação com as Agências da Previdência Social a respeito dos planos, devido à desigualdade entre elas. Mencionou as ações e projetos de cada objetivo estratégico, sendo que, quanto às infraestruturas, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** lembrou que muitos terrenos foram doados às prefeituras para construção de agências, o que nunca de fato aconteceu, mas que agora será feito o estudo e devolução. Seguindo para os objetivos estratégicos relativos aos processos internos, a **Sra. Cibele Magalhães** enumerou os tópicos: aumentar a eficiência no reconhecimento de direitos e na manutenção de benefícios; aprimorar os canais de relacionamento com foco na humanização; promover a sustentabilidade do Regime Geral da Previdência Social; aperfeiçoar as bases de dados e a integração de sistemas; ampliar e fortalecer a Governança; e expandir a automação e os serviços digitais com foco nas pessoas. Na sequência, citou também as ações e projetos de cada tópico, sendo que o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** relatou que, a respeito da simplificação da linguagem utilizada nos serviços do “Meu INSS”, assinou um acordo de cooperação com o Ministério dos Direitos Humanos para trazer uma linguagem acessível a todos, o que é um tema muito relevante. Então, o **Sr. Presidente** contou a respeito de um empréstimo de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão para investir na capacitação, com taxa de 1,8% ao ano. Ainda, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** reiterou que o indicador importante é o tempo de espera da concessão, e a **Sra. Cibele Magalhães** lembrou que há também outras filas, como a de recursos. Sobre os processos judiciais, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** disse que 60% do total são para benefícios por incapacidade, sendo que o modelo é ineficaz na entrega do benefício rápido, aumentando o gasto e a duração do benefício. Mencionou uma vantagem do modelo de IA com relação ao banco de dados de atestados, que indica, por exemplo, se o documento foi de fato emitido por um profissional daquele estado e que, se a perícia for feita mais de dez dias após a solicitação, passa a ser uma análise documental. O **Sr. Presidente** concordou que a forma como os processos ocorrem é errada, pois os segurados demoram para receber, e é comum receberem depois de curados, e disse que o processo ficará mais eficiente a partir do momento em que o Ministério da Saúde passar a fazer parte dele. Ato seguinte, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** explicou que o prazo da concessão passará de meses para minutos, já que o segurado sairá do consultório com um atestado emitido no banco de dados, o que diminui as fraudes, e fará o pedido através do aplicativo. Subsequentemente, a **Sra. Cibele Magalhães** falou que todo o plano de ação envolve processos e indicadores, que estão

mapeados e serão acompanhados. Em suma, disse que há *um conjunto de 51 ações* no total, e agradeceu a atenção. Ato contínuo, a **Sra. Tonia Galleti** falou sobre os grandes devedores destacados durante a reforma da Previdência, que em grande número são municípios, e pediu que a questão seja trazida para discussão em oportunidade futura. Reforçando, o **Sr. Presidente** se disse impressionado com os dados a respeito do tema, sendo que os devedores incluem empresas multinacionais que devem fortunas. Em seguida, a **Sra. Tonia Galleti** discorreu sobre a falta de padrão no atendimento das agências, o que julgou um problema mais fácil de resolver. Sobre as empresas devedoras, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** afirmou que é papel do governo dar encaminhamentos a essas dívidas, e que o tema precisa ser encarado; e, sobre a padronização, concordou que é preciso ser feita, respeitando as particularidades locais. Então, a **Sra. Tonia Galleti** também se disse preocupada com o custeio da Previdência Social após a reforma tributária. Com a palavra, o **Sr. Presidente** falou que mais da metade da população civil informou não contribui com o INSS; afirmou que prefere contribuições pequenas do que nulas, e que a arrecadação da Previdência também precisa ser discutida. O **Sr. Helio Queiroz da Silva** confirmou que muitas empresas, inclusive aquelas cujos proprietários possuem patrimônio, estão devendo milhões e até bilhões de reais para a Previdência, sobre o que o **Sr. Presidente** afirmou que 90% das dívidas estão ajuizadas, porém paradas no judiciário. Então, a **Sra. Tonia Galleti** chamou atenção para o mutirão das perícias em prédios do sindicato, o que não pode ser feito pela falta de estrutura, pedindo que o processo fosse revisado. Em resposta, o conselheiro disse desconhecer, mas estar ciente de que foram criadas diversas regras prejudiciais aos usuários. Ainda, a **Sra. Tonia Galleti** fez mais uma proposta com relação à humanização do atendimento, com base na premissa de que quantidade não é qualidade, de um projeto piloto a respeito de uma análise sobre determinada quantidade de negativas, para identificar possíveis ajustes. Sobre isso, o **Sr. André Paulo Felix Fidelis** falou sobre o sistema SuperTec, que solicitou para ser discutido na pauta da próxima reunião, que conta com servidores em cada superintendência, onde se captura uma decisão de um servidor da ponta, faz a análise, dá um retorno e faz a correção, se necessário, resultando em uma assertividade alta. O **Sr. Presidente** afirmou que desconhecia, se demonstrou interessado no sistema e disse que é importante supervisionar essa análise por parte de um conselho. Em posse da palavra, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** afirmou que a porcentagem de negativas não se altera há mais de quinze anos, que tanto o sistema quanto o servidor são passíveis de erros, e se preocupou com a internalização de entendimentos da justiça, por entender que, para o servidor não sofrer represálias, opta por indeferir o processo. Sugeriu fazer a identificação de casos assim, para serem corrigidos e orientados através de atos normativos. Sobre o tema, o **Sr. Presidente** refletiu que o prejuízo do INSS é imenso por indeferimentos indevidos, defendeu os parâmetros de decisão e reforçou que nenhum dinheiro é melhor investido em uma sociedade do que o salário para quem merece. O **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** respondeu que esse mecanismo existia na forma das projeções dos conselhos locais e regionais, porém foi desestruturado nos últimos seis anos, e afirmou que o parecer da pasta é um instrumento jurídico que pode ser usado para estabelecer novos parâmetros, ficando à disposição para preparar o material necessário. Porém, avisou que o ideal seria não acelerar o processo, para que o resultado seja o melhor e mais preciso possível. Ato seguinte, o **Sr. Presidente** propôs alterar a data da próxima reunião, do dia 29/02/2024 para o dia 01/03/2024, por problemas de agenda, o que foi aprovado. Após, o **Sr. Gerson Maia** questionou se há um estudo a respeito da análise de Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPP), que atingem o auxílio

301 por incapacidade temporária e não dependem dos servidores, e sim dos peritos. Em resposta, o **Sr. Adroaldo da Cunha**
302 **Portal** explicou que, na fase do Programa de Enfrentamento à Fila, a prioridade de análise documental foi focada em
303 diminuir o estoque de benefícios por incapacidade, mas que está comprometido em enfrentar, também, a fila do PPP, o
304 que já começou a acontecer. Depois, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** lembrou que não fazer a perícia é algo que
305 diminui a quantidade de litígios, atende melhor a população, diminui os gastos e libera o perito para outras necessidades.
306 Tratando dos números, o **Sr. Adroaldo da Cunha Portal** relatou que, dos 500 mil requerimentos que estavam aguardando
307 análise, 200 mil foram processados em dezembro, dos quais 70% foram deferidos, sendo que, deste total, 25% foram
308 encaminhados para o pós-perícia, para ajuste de cadastro. Destacou que, no mês de dezembro, 50% de todos os benefícios
309 por incapacidade concedidos já foram para análise documental e que a meta é, até abril, 85% dos benefícios por
310 incapacidade temporária serem feitos via análise documental, proporcionando o benefício para quando a pessoa mais
311 precisa, enquanto está doente, não após, e com o prazo de conclusão do processo dentro de um mês da solicitação. Em
312 conclusão, o **Sr. Alessandro Antônio Stefanutto** relatou que houve uma iniciativa do INSS com relação ao PPP, para
313 encaminhar os casos mais simples aos servidores através do sistema, porém a discussão jurídica ainda está em curso.
314 Opinou que a regra a respeito da análise dos PPP gerarem uma pontuação deve ser revista e anulada, por ser excessiva.
315 Por fim, a **Sra. Tonia Galleti** convidou a todos para a inauguração do Hotel do Sindicato, na Praia Grande, São Paulo, dia
316 24/01/2024. A apresentação no Anuário Estatístico da Previdência Social de 2022 foi adiada para a reunião seguinte.

317

318 **III – ENCERRAMENTO**

319 Finalizado o tempo e nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente** deu por encerrada a 301ª Reunião Ordinária do Conselho
320 Nacional de Previdência Social – CNPS. E, para que tudo fique devidamente documentado, lavrada a presente Ata que,
321 após lida e achada conforme, será aprovada pelo Colegiado.